

**“O PROCESSO DE BOLONHA E O SERVIÇO SOCIAL EM PORTUGAL: OS DESAFIOS À
FORMAÇÃO E À PROFISSÃO”**

ROSA TOMÉ¹

Introdução

O trabalho que nos propomos apresentar é uma reflexão/sistematização de alguns planos da discussão que estamos a desenvolver em Portugal, relativamente à formação graduada e pós graduada em Serviço Social, desde há mais de um ano, em consequência da implementação do processo de Bolonha no ensino superior em Portugal. Por isso, é um grande desafio falar agora (2007) das suas potencialidades e limites. Estamos em pleno no processo, acima de tudo com uma quantidade enorme de questões a enfrentar, tanto de natureza política, como científica e pedagógica.

Mas para aliviar as dúvidas e as tensões que este processo nos tem criado e nos cria ainda, comparo-o com o ovo: Ele está aí, *e*, (reinventando o velho provérbio macua): ***se o apertarmos com força parte. Se não o seguramos bem, cai.*** Assim é ainda o estado do processo.

Vamos apresentar 3 eixos da discussão:

- começamos por fazer uma breve revisão sobre a organização de um espaço europeu de ensino superior e desafios à reorganização do ensino superior em Portugal.
- sistematizamos a discussão que trouxe para as ciências sociais e para o Serviço Social
- abordamos o estado actual da formação em Serviço Social, em Portugal, “*com Bolonha*”

¹ Assistente Social, Mestre em Serviço Social, professora no Curso de Serviço Social no Instituto Superior Miguel Torga - ISMT, em Coimbra, Portugal. Contato: rosa_tome@hotmail.com

Processo de Bolonha

Como nos diz Alcina Martins², o que é conhecido como processo de Bolonha, tem por base um compromisso assumido em 1999 por governantes de países europeus, que pretendem harmonizar, até 2010, os graus de ensino superior e os diplomas atribuídos, para facilitar equivalências e mobilidade entre as universidades dos 45 países subscritores e a empregabilidade no espaço comunitário.

Não obstante muitas críticas e resistências de vários sectores da vida académica, este processo reuniu consensos na letra de algumas entidades e autores de referência do pensamento português, principalmente a partir de 2000, nomeadamente porque:

- fomentou uma reflexão global e de sentido estratégico sobre o ensino superior em Portugal, sobre o seu enquadramento no espaço europeu, sobre o desenvolvimento da competitividade *para e no* mercado europeu, e face aos restantes blocos mundiais;

- acolheu bem a ideia da dinamização de um *espaço europeu do Ensino Superior e de investigação e inovação* (2000), capaz de responder “à rivalidade euro-americana, no espaço atlântico” (CRUP, 2001, Adriano Moreira e Braga da Cruz, 2004). O conceito de ***Europa do Conhecimento*** definido em Março de 1998 na Sorbonne, é inicialmente subscrito pela França, Alemanha, Itália e Inglaterra, em Bolonha em 1999 por 29 países, em 2003 em Berlim por 40 países e em 2005 em Bergen. por 45 países

Daqui decorre assim não só um desafio político, mas em sentido amplo o da globalização. A competitividade (nacional e internacional) torna-se então uma das questões centrais claramente expressas desde 1999, em Bolonha, reforçada em Praga em 2001 e em Berlim em 2003, onde se vincula o processo aos objectivos do mercado, para promover uma Europa “capaz de crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos e coesão social”.

Em 2003 em Berlim, o comunicado intitulado Realising the European Higher Education Area enuncia ainda que “(...) a educação superior é um bem público e é responsabilidade pública (...)”.e afirma a *necessidade de fazer prevalecer os valores académicos nos processos de cooperação e intercâmbio internacionais* deixando definidos os princípios para a área da educação superior. São eles:

² Alcina Martins, “O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social – questões e problemas” Comunicação apresentada no Seminário *Dia Mundial do Assistente Social*, APSS/AIDSS, Matosinhos, 27 de Março de 2007

Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

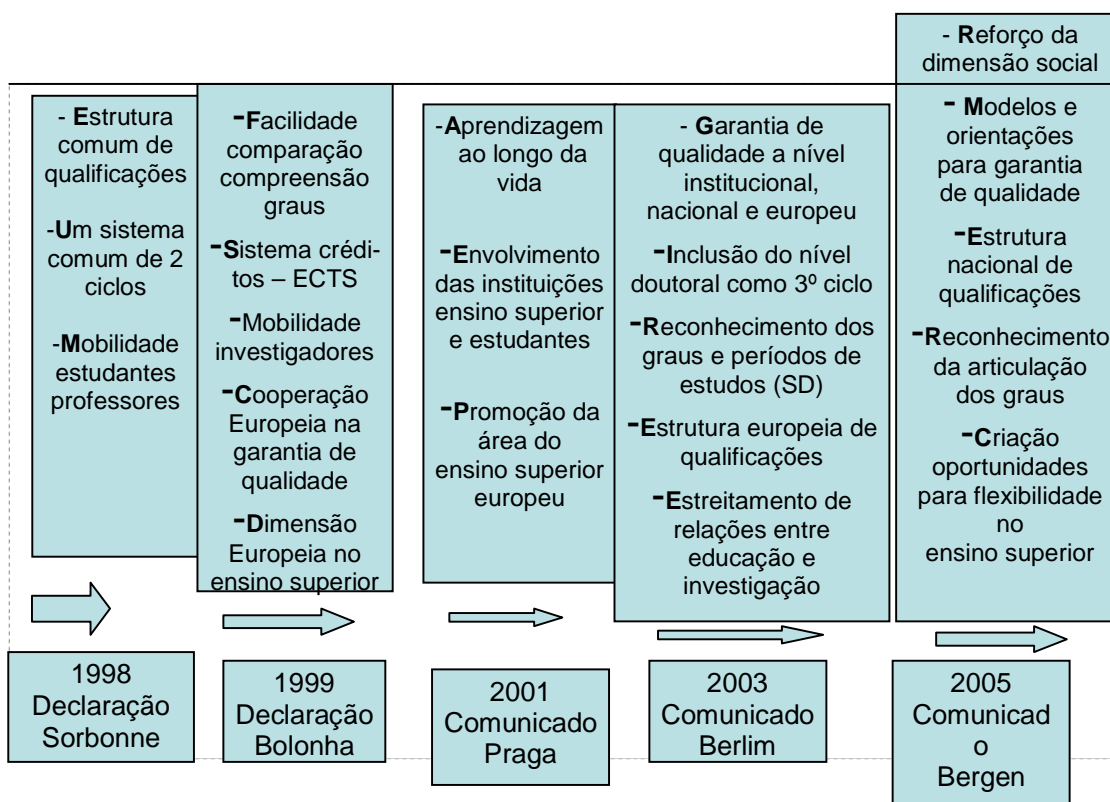
- a) qualidade, pela adopção de um sistema que assegure: *a definição das responsabilidades das instituições envolvidas; *uma avaliação com resultados credíveis; *um sistema de acreditação; *a internacionalização de procedimentos
- b) adopção de um sistema de formação por ciclos (2), no sentido já prescrito na Convenção de Lisboa (1997)
- c) promoção da mobilidade (professores, alunos e pessoal administrativo (para criação de um European Higher Education Area)
- d) definição de um sistema de créditos (ECTS), para dinamizar a mobilidade e promover o desenvolvimento dos currículos internacionais
- e) adopção de um sistema de compreensão e comparabilidade dos graus nos termos da Convenção de Lisboa
- f) apelo ao empenho das instituições e dos alunos na sustentação do processo

Em Bergen em 2005 os ministros assumiram a definição das suas prioridades para 2007:

- a) reforço da dimensão social do programa e da mobilidade;
- b) implementação dos standards para avaliação conforme proposto nas instituições europeias registadas e creditadas para o efeito (European Association for Quality Assurance (ENQA), Education International Pan-European Structure e Union of Industrial and Employers' Confederation of Europe (UNICE));
- c) implementação das redes nacionais de qualificação;
- d) reconhecimento dos graus;
- e) criação oportunidades para a flexibilidade de aprendizagem no ensino superior

O gráfico que se segue mostra a periodização do processo e a síntese dos seus conteúdos.

Linha cronológica do processo de Bolonha



Fonte: EURYDICE, the information network on education in Europe, Focus on the Structure of Education in Europe 2006/07

E em 17 e 18 de Maio de 2007 teve lugar a conferência de Londres, que se centrou no desenvolvimento do processo de Bolonha nos diferentes países signatários tendo o Comissário Europeu Responsável pela Educação, Ján Figel, apresentado o balanço da aplicação do modelo de organização do ensino superior destinado a harmonizar os graus e diplomas atribuídos na Europa. De uma forma global, os trabalhos mostram uma evolução positiva do processo, nomeadamente Portugal, que teve “(...) boa nota (...), segundo o jornal semanário *SOL*, de Maio de 2007³. É de notar que no presente ano lectivo e, segundo o relatório da EURYDICE, mais de 900 cursos tiveram início de

³ Cfr. “Portugal com boa nota no Processo de Bolonha”, jornal semanário *SOL*, Maio de 2007 e também o relatório de Portugal que consta do anexo do “Bologna Process Stocktaking London 2007”, Department for Education and Skills. Report from a working group appointed by the Ministerial Conference in London, May 2007.

Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

acordo com Bolonha (dos cerca de 2500 que se calcula venham a ser apreciados até 2009 pela Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior⁴).

Em Portugal, a evolução da **Legislação e referências oficiais** a partir dos anos 80 podem ser sistematizada no quadro que se segue

Data	Legislação
14 Outubro 1986 (alterado 19 de Setembro de 1997) (alterado a 30 de Agosto de 2005)	Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86 de 14 de Outubro, alterada pela Lei 115/97 de 19 de Setembro e pela Lei n.º 49/2005, de 30 de Agosto)
21 Novembro de 1994	Lei n.º 38/94, de 21 de Novembro – avaliação do ensino superior
11 Julho de 1998	Decreto-Lei n.º 205/98 cria o Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior
6 Janeiro de 2003	Lei n.º 1/2003 do Desenvolvimento e da Qualidade do Ensino Superior
22 Fevereiro de 2005	Decreto-Lei n.º 42/2005 – Princípios reguladores de instrumentos para a criação do espaço europeu de ensino superior
21 Março 2006	Decreto-Lei n.º 64/2005 regulamenta as provas especialmente adequadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior dos maiores de 23 anos
24 Março de 2006	Decreto-Lei n.º 74/2006 – procede à regulamentação das alterações introduzidas pela Lei de Bases do Sistema Educativo relativas ao novo modelo de organização do ensino superior no que respeita aos ciclos de estudos

Fonte: EURYDICE, the information network on education in Europe, Focus on the Structure of Education in Europe 2006/07

Em Março de 2007 foi apresentada uma proposta de lei para Avaliação da Qualidade do Ensino Superior e em Julho foi aprovada na generalidade a lei para reestruturação das instituições de ensino superior.

⁴ Cf. FENPROF, “Agência de Acreditação vai reavaliar todos os cursos superiores até 2009”, 30 de Fevereiro de 2007, <http://www.fenprof.pt/superior/?aba=37&cat=103&doc=2138&mid=132>

A partir de 2001 o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP), em 2002 o Conselho Nacional de Educação (CNE) e em 2004 o Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos (CCISP) manifestaram publicamente a sua posição de reconhecimento da importância da adesão ao processo de Bolonha.

Desde então o discurso da mobilidade, da empregabilidade e da competitividade institucionalizou-se em Portugal, como um dos motores do processo e como um desafio, político, por um lado e cultural, inerente ao próprio sistema de ensino superior em Portugal.

Mas também de forma generalizada houve manifestações destes organismos no sentido de chamar a atenção para a necessidade evitar que *convergência* se torne sinónimo de uniformização ou homogeneização, para que não se ponha em causa a *pluralidade de percursos nacionais*.

A construção do sistema tem sido e continua a ser ampla matéria de debate que não podemos aqui chamar à discussão. Mas deixamos em nota algumas das críticas de alguns sectores da vida política.

Nomeadamente: a cedência em primeiro lugar aos objectivos do mercado e a consequente natureza classista e elitista da organização de um sistema de ensino superior que perde a referência da formação pessoal, social e da cultura intelectual, para uma formação curta, instrumentalizada para o mercado. Esta formulação questiona o processo, nos seus objectivos sociais, para a promoção da coesão social na Europa. Segundo o Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE), “pode levar-nos a um caminho de perda de qualidade e de aprofundamento das desigualdades sociais.”⁵

Há até quem considere que Bolonha possa vir a traduzir-se numa degradação da qualidade da formação superior, por causa da redução da formação. Ou, para além disso, quem suspeite de determinações economicistas subjacentes a esta decisão e à forma como tem sido assumido o desenrolar do processo⁶.

⁵ Cfr. “Conselho critica a aplicação do processo de Bolonha”, *SOL*, 6 de Março de 2007, publicação semanal.

⁶ No ano lectivo 2005/2006, o Ministério congelou a verba para o Ensino Superior. No ano 2006/2007 o Orçamento de Estado fez um corte de 63 milhões de euros no Ensino Superior, implicando um corte médio de 6,2%. As universidades foram as mais afectadas, com a perda de 45 milhões de euros. Cfr. Madalena Queirós e Bruno Faria, “Governo corta 8,3% para o ensino superior no OE/2007”, *Diário Económico*, 2006/10/21.

http://app2.diarioeconomico.com/buscador/Buscador?opcion=4&imprimir=0&id=221&cod_not

Assim, se por um lado se tornou corrente o discurso do interesse em “apanhar o barco” do progresso e da Europa, porque “os ventos estão de maré” (como se diz em linguagem popular em Portugal), por outro, o processo político, as restrições economicistas e o atabalhoamento que conduziu o processo foram alvo de fortes críticas. As suas consequências fizeram-se sentir fundamentalmente ao nível da qualidade do ensino e nas condições de contratação e de trabalho dos investigadores, professores universitários e funcionários dos estabelecimentos de ensino superior.

Bolonha e as Ciências Sociais

É ainda muito presente entre nós a formação universitária longa. Ela está a funcionar em diversas universidades, porque o período de transição dos velhos para os novos currículos vai terminar apenas em 2009.

No ISMT, por exemplo, o curso de SS de 5 anos terminou agora, Julho de 2007. E não somos só nós que temos presente a formação fornecida nestes anos. São também as instituições acolhedoras de estágios, são as instituições que oferecem emprego aos nossos licenciados. Há um conhecimento/reconhecimento da formação que está a ser dada. (E nós temos tido a prova disso na imensa e preciosa colaboração que as instituições sociais, quer públicas quer privadas, sempre nos têm dado, no processo de formação dos nossos alunos).

O TEMPO da formação tornou-se uma discussão com uma centralidade maior neste processo. Grande parte da discussão concreta sobre a reestruturação do Ensino Superior em Portugal para Bolonha centrou-se na relação entre perfis profissionais e tempo de formação. Mas, na letra das recomendações, esta discussão não pode deixar de ser mediada pela questão/adequação ao mercado de trabalho.

Em 2004 Braga da Cruz sintetizava os dois perfis em consideração neste processo: mais técnicos ou mais científicos. Afirmava: “ os *cientistas sociais* têm como o nome indica, desempenhos que pressupõem capacidade para funções de diagnóstico e concepção, não se limitando a actividades de intervenção. Requerem por isso formação e aprendizagem científica mais ampla, de natureza universitária”.

Os *técnicos sociais* “são profissionais com formação aplicada e desempenho mais centrado na intervenção social, com menos actividades de análise ou de estudo de

estruturas e situações sociais. Requerem por isso formação mais curta, e de natureza politécnica”.

Diz ainda que a formação universitária de cientistas sociais deve contemplar e harmonizar na formação básica, uma sólida preparação teórica científica e uma indispensável preparação metodológica e técnica, e na formação avançada, níveis de especialização sectorial. A formação dos AS requer, para além disso, acrescenta, “ (...) uma formação experiencial específica”.

Estas profissões não têm no geral, requisitos mínimos definidos por instâncias profissionais nem na Europa nem em Portugal. Assistimos aliás a uma grande diferenciação da formação fornecida nos diferentes graus de ensino, tanto a nível nacional como europeu. (cfr. Alcina Martins, Conferência Março 2007, dia mundial AS).

Por isso, ao longo do séc. XX, foram as universidades que desenvolveram formas de adequação das formações às exigências de desempenho profissional, dilatando o tempo de formação dos antropólogos, dos sociólogos e dos assistentes sociais.

Esta relação entre tempo de formação e necessidades do mercado de trabalho não é portanto nova, pelo menos para as ciências sociais. O que há de novo agora é a necessidade de diminuir esse tempo, com a justificação da adequação ao ensino universitário europeu e ao mercado de trabalho nacional e internacional.

No relatório citado, Braga da Cruz diz que foi generalizado o entendimento para a definição das formações iniciais de 4 anos, nos diferentes pareceres elaborados: Declaração do Conselho de Reitores, posição da Associação Portuguesa de Sociologia (ASP), APSS, bem como o Sindicato, a Rede Nacional das Escolas de SS, o CPIHTS, entres outras organizações dos AS.

Uma redução maior poria em causa, e passo a citar “o nível de competências profissionais, mormente as que pressupõem capacidades de diagnóstico científico da realidade, como é o caso de sociólogos, antropólogos e assistentes sociais”.

Mas, na realidade, o que podemos verificar no site da DGES (Maio 2007), é que os cursos registados na área das ciências sociais têm a duração de 6 semestres, 3 Anos, com excepção para o curso de Serviço Social que tem a duração de 7 semestres (3 anos e meio) em todas as instituições de ensino universitário (excepção ainda para a Universidade Fernando Pessoa e Lusófona) e 6 semestres no ensino politécnico.

Serviço Social Português “em Bolonha”

Nas comemorações do Dia Mundial do Assistente Social foi discutida a questão de Bolonha e, como temos vindo a referenciar, Alcina Martins apresentou uma comunicação onde apresentou o estado da arte em Portugal. Esse trabalho é a referência central do que passamos a apresentar, mas não sem a respectiva actualização dos dados de registo de adequação dos diferentes ciclos de formação.

Assim, de um total de 22 cursos de 1º ciclo existentes até 2005, 21 estão já adequados (o outro curso não abriu nem efectuou o pedido de registo – Instituto Superior Bissaia Barreto em Coimbra)⁷.

Desses 21 cursos de 1º Ciclo (licenciaturas) de Serviço Social registados na Direcção Geral do Ensino Superior até Março de 2007, 13 começaram a funcionar neste ano lectivo de 2006/2007 ao abrigo do processo de Bolonha. Destes, 9 são do ensino superior universitário (público, privado e concordatário) e 4 do politécnico. Dos 5 cursos do 2º Ciclo registados até Março de 2007, isto é, mestrados, 1 (o do ISMT) começa a funcionar este ano ao abrigo deste processo. Sabemos que já há registo do 3º ciclo. Ou seja, o SS Português conta já com os 3 níveis de formação superior: 1º, 2º e 3º ciclo, isto é: licenciatura, mestrado e doutoramento registados na DGES⁸ (cfr. Anexo - Quadro n.º1).

A formação do 1º ciclo em Serviço Social encontra-se em 10 estabelecimentos de *ensino superior público*: 5 de natureza universitária e outros tantos politécnicos; em 9 de *ensino superior privado*: 7 de natureza universitária e 2 politécnicos; e em 3 do ensino superior concordatário. Nas universidades públicas, registam-se cinco cursos do 1º ciclo (Universidade de Trás os Montes e Alto Alentejo, Universidade de Coimbra, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade dos Açores e da Madeira. Nos Politécnicos públicos registam-se quatro (Castelo Branco, Viseu, Beja, Leiria e Portalegre). Nas instituições privadas de ensino universitário estão já adequados oito cursos: Instituto Superior Miguel Torga (ISMT); Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL/Universidade Lusíada; Instituto Superior de Serviço Social de Beja (este Instituto fez a adequação mas encerrou ainda no decorrer do presente ano lectivo); Universidade Fernando Pessoa; Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias; Instituto Superior de Serviço

⁷ Ver quadro n.º 1 e n.º 2 em anexo

⁸ Página Web da Direcção Geral do Ensino Superior: <http://www.pedagogicosensinosuperior.pt/PEDAGOGICO/REGISTO/Noticias/RegAdeq.htm>

Social do Porto (ISSSP). No privado politécnico estão adequados dois cursos: Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo e Instituto Superior Politécnico de Gaya. Relativamente ao 2º ciclo foram já registados 5 cursos de mestrado em Serviço Social: ISMT; ISSSL/Universidade Lusíada; Universidade Fernando Pessoa e Universidade Católica Portuguesa com dois cursos: Lisboa e Braga (Ver quadro 3).

Dos cursos de doutoramento existentes, apenas o da Universidade Católica Portuguesa, em Lisboa fez o registo de adequação.

Como já referenciámos atrás e não havendo referência de mínimos comuns para a atribuição de graus académicos em Serviço Social, verifica-se que a extensão dos ciclos de formação continua a ser diferenciada, tanto em Portugal como nos diferentes países da Europa. Dos 21 programas de 1º ciclo, 12 têm uma duração de 7 semestres e 9 de três semestres. A diferença é assinalada fundamentalmente pela diferenciação entre ensino universitário e politécnico (exceção para duas universidades que optaram por 6 semestres para a formação do 1º ciclo). Assim, o 2º ciclo varia entre três e quatro semestres (conforme a totalização dos 5 anos de formação para os 2 ciclos de estudo, independentemente de ser universitário ou politécnico).

Alcina Martins refere ainda como consequência deste processo a uniformização da designação dos cursos que existiam anteriormente (Serviço Social, Trabalho Social e Política Social) e que passaram todos a Serviço Social, ao mesmo tempo que acabou o grau de bacharel, ficando o ensino superior com o grau de licenciado para todos os cursos de SS do ensino superior.

Articular tempo da formação com formação teórica, investigação e experiência profissional tornou-se então o desafio a enfrentar.

Desafios à Formação em Serviço Social em Portugal no Processo de Bolonha

Numa muito breve revisão à formação em Serviço Social em Portugal, lembramos que os primeiros cursos de Serviço Social foram criados nos anos 30, em Lisboa e Coimbra e, só em 1956, foi criado o terceiro, no Porto. Até 1974, os Institutos Superiores de Serviço Social (já superiores desde os anos 60), davam uma formação superior não universitária, mas controlada pelo conservadorismo político e religiosos que os tempos da ditadura impunham em Portugal. Este período foi marcado por um forte obscurantismo

relativamente às ciências sociais, sendo o Serviço Social uma das suas expressões autorizadas, mas também envolvida em processos de resistência e em lutas⁹. Das questões internas herdadas desde então, destaco a questão da integração universitária com o respectivo reconhecimento do grau académico e, portanto, a integração da investigação na formação. Esta questão veio a ser primordial quando da luta, nos anos 80, pela licenciatura, conseguida em 1989 e pela reclassificação da carreira dos Assistentes Sociais. A década de 90 ficou marcada então pela reestruturação curricular (a licenciatura em Serviço Social passou de 4 para 5 anos), pela criação dos mestrados em Serviço Social, em Lisboa e no Porto e pela proliferação de cursos. De 3 escolas privadas de Serviços Social existentes em 1990, rapidamente passámos para 22, de natureza pública e privada, politécnica e universitária, generalista e especializada. Registamos ainda a criação em 2002 dos primeiros cursos de doutoramento em Serviço Social na UCP e Universidade do Porto e em 2003 o curso de doutoramento organizado pelo Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa (ISSSL) com o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)

Quando se deu início à discussão sobre Bolonha, o Serviço Social Português já tinha os 3 níveis de formação, mas o número de doutores não cobria (nem cobre) as exigências que se colocam à reorganização de 22 curso de licenciatura, razão pela qual, algumas universidades ou politécnicos que o ministram, não têm um quadro docente qualificado na área científica de Serviço Social¹⁰.

Assim, fazem todo o sentido as colocações de Alcina Martins no Seminário do Dia Mundial do Assistente Social, em Março de 2007, em Matosinhos, e cito:

“Como foi desenvolvido o processo de adequação e os planos de transição seguidos por cada curso de Serviço Social? (...).

⁹ Ver a este respeito a investigação desenvolvida por Alcina Martins, particularmente no pós doutoramento e, entre outras, a comunicação “70 Anos de Formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia da escola Normal Social ao ISMT” Colóquio *70 Anos de Serviço Social. Um Compromisso com o Futuro*, realizado nos dias 17 e 18 de Maio de 2007, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra.

¹⁰ É importante registar o papel fundamental das relações com o Serviço Social Brasileiro, particularmente com a PUC São Paulo, neste processo de desenvolvimento da pós graduação do Serviço Social Português. O primeiro curso de mestrado em Serviço Social em Portugal resultou de um protocolo entre o ISSSL e a PUC SP. Também a maior parte dos doutores fizeram o seu doutoramento em São Paulo, na PUC. Muitas são também as referências que quotidianamente usamos na formação dos nossos alunos, tanto do ponto de vista académico como da organização profissional, facto que tem feito do SS Brasileiro uma referência para nós.

Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

O processo foi conduzido de forma autocrática ou resultou de um debate alargado e participado? Quem o conduziu? A direcção científica dos ciclos de estudo em Serviço Social, quando existe?”

Sabemos que não houve em todas as Universidades ou outras a mobilização necessária dos Assistentes Sociais a participar nesta discussão. Assim e porque a profissão não está regulada pela organização da categoria profissional, (não existe ainda uma Ordem Profissional) foi possível assistir a algumas disparidades nas alterações produzidas pelas diferentes instituições de ensino, relativamente:

- ao peso da área de Serviço Social na formação do 1º ciclo;
- à formação teórico-metodológica e ético –política;
- à integração dos estágios e sua supervisão científica e pedagógica pela área;
- à preocupação de garantir a investigação já desde o 1º ciclo;
- à utilização e divulgação da investigação produzida por Assistentes Sociais, nomeadamente dos trabalhos produzidos nos mestrados e doutoramentos;
- à forma como se estão a organizar as transformações ao nível das metodologias de ensino e dos processos de avaliação?

Mas a questão de Bolonha, coloca ainda a questão da mobilidade, quer nacional quer no espaço europeu, e do reconhecimento da formação. Como articular esse reconhecimento se não estão definidos nem a nível nacional nem europeu, os patamares mínimos de formação?

A referência da mobilidade parece centrar-se no espaço europeu, mas esta relação já histórica com o Brasil não tem sido nem queremos que venha a ser negligenciada. O intercâmbio Portugal/Brasil parece até que está a acentuar-se. Desde há 2 anos que temos intercâmbio de alunos da licenciatura de Serviço Social do ISMT na UFP em João Pessoa e só este ano, seis dos nossos alunos vieram fazer o 2º semestre do estágio final de curso. Também este ano o intercâmbio entre o ISMT e a PUC-SP e a UFRJ tem sido intenso e proveitoso, principalmente através da mobilidade de docentes investigadores em fase de doutoramento. Para além disso, têm surgido novas propostas de alargamento desta cooperação o que nos deixa a expectativa de, para breve, ver definido e protocolado a mobilidade de alunos, professores e investigadores.

Referências Bibliográficas

Ambrósio, M Teresa, “A Declaração de Bolonha e o sistema de graus no Ensino Superior. Parecer do Conselho Nacional de Educação”
<http://www.cpihts.com/PDF/CNE.pdf>, 2007

.Bologna Process Stocktaking London 2007, Department for Education and Skills.

“Report from a working group appointed by the Ministerial Conference” in London, May 2007.

Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social, “O Serviço Social e o Processo de Bolonha”, <http://www.cpihts.com/PDF/SS%20Dec%20Bolonha.pdf>, 2007

CRUP, “Posição do CRUP sobre a Declaração de Bolonha”,
<http://www.cpihts.com/PDF/CRUP.pdf>, 2007

Cruz, Manuel Braga, “Implementação do Processo de Bolonha a nível nacional. Grupos por área do conhecimento. Ciências Sociais”,
<http://www.cpihts.com/PDF/Bolonha%20C.Sociais%20%20&%20Servi%E7o%20Social.pdf>, 2007

Lourtie, Pedro, “A Declaração de Bolonha”, <http://www.cpihts.com/PDF/PedroL.pdf> , 2007

Martins, Alcina M., “O Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social - questões e problemas”, Comunicação apresentada no Dia Mundial do Assistente Social , APSS/AIDS, Matosinhos, 27 de Março de 2007

“70 Anos de Formação em Serviço Social em Tempos de Ditadura e de Democracia. Da Escola Normal Social ao ISMT”, comunicação apresentada no Colóquio *70 Anos de Serviço Social: Um Compromisso com o Futuro*. Realizado em Coimbra, nos dias 17 e 18 de Maio de 2007, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra

Posição da Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS) sobre o Processo de Bolonha e a Formação em Serviço Social (subscrita e apoiada pelo CPIHTS, AIDSS, CISSEI e SPSS, Fevereiro de 2006,
<http://www.cpihts.com/PDF02/BOLONHA%20POSICAO%20DA%20APSS.pdf>

Serviço Social & Processo de Bolonha, Acta de Coimbra (subscrita por CPIHTS, AIDS e CISSEI), 10 de Fevereiro de 2006,

Centro Português de Investigação em História e Trabalho Social

<http://www.cpihts.com/PDF/Serviço%20Social%20&%20Processo%20de%20Bolonha%20%20ACTA%20DE%20COIMBRA%202.pdf>

Silva, Joaquim Paula, “Parecer sobre a Adequação do Curso de Serviço Social com Relação ao Processo de Bolonha”, <http://www.cpihts.com/PDF/AIDSS-%20parecer%20Bolonha.pdf>, 2007

Tomé, M.R., “Possibilidades e Limites da Formação em Serviço Social no Âmbito do Processo de Bolonha, no ISMT”, comunicação apresentada no Colóquio *70 Anos de Serviço Social: Um Compromisso com o Futuro*. Realizado em Coimbra, nos dias 17 e 18 de Maio de 2007, Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra

Anexos

**Quadro Nº. 1 - Número de Registos efectuados da adequação do 1º e 2º Ciclos em Serviço Social
(2006/2007 e 2007/2008)**

Estabelecimentos de Ensino Superior	2006 / 2007		2007 / 2008		Total	
	1º. Ciclo	2º. Ciclo	1º. Ciclo	2º. Ciclo	1º. Ciclo	2º. Ciclo
Público Universitário	1	–	4	–	5	–
Público Politécnico	2	–	3	–	5	–
Particular Universitário	5	1	1	2	6	3
Particular Politécnico	2	–	–	–	2	–
Concordatário Universidade Católica Portuguesa	3	–	–	2	3	–
TOTAL	13	1	8	4	21	5

**Quadro Nº. 2 - Registo da adequação do 1º e 2º ciclos em Serviço Social
(2006/2007 e 2007/2008)**

Ensino Superior Público Universitário	2006 / 2007							2007 / 2008						
	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Univ. Trás - os - Montes e Alto Douro	1º	SS	L	7 sem	210	TS	L							
Univ. de Coimbra								1º	SS	L	7 sem	210	SS	L
Univ. Técnica Lisb. - Inst. Sup. Ciências Sociais e Políticas								1º	SS	L	7 sem	210	Polit. Soc.	L
Univ. Açores								1º	SS	L	7 sem	210	SS	L
Univ. Madeira								1º	SS	L	7 sem	210	SS	L

Ensino Superior Público Politécnico	2006 / 2007							2007 / 2008						
	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Inst. Sup. Politécnico Castelo Branco	1º	SS	L	6 sem	180	SS	B+L							
Inst. Sup. Politécnico Viseu (Lamego)	1º	SS	L	6 sem	180	SS	B+L							
Inst. Sup. Politécnico Beja								1º	SS	L	6 sem	180	SS	B+L
Inst. Sup. Politécnico Leiria								1º	SS	L	6 sem	180	SS	B+L
Inst. Sup. Politécnico Portalegre								1º	SS	L	6 sem	180	SS	B+L

**Quadro Nº. 3 - Registo da adequação do 1º e 2º Ciclos em Serviço Social
(2006/2007 e 2007/2008)**

Ensino Sup. Particular Universitário	2006 / 2007							2007 / 2008						
	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
ISMT	1º	SS	L	7 sem	210	SS	L	2º	SS	M	3 sem	90	SS	M
ISSS Lisboa/ Univ. Lusíada	1º	SS	L	7 sem	210	SS	L	2º	SS	M	3 sem	90	SS	M
ISSS Beja	1º	SS	L	7 sem	210	SS	L							
Univ. Fernando Pessoa	1º	SS	L	6 sem	180	SS	L							
	2º	SS	M	4 sem	120	TS	M							
Univ. Lusófona Human. Tec.	1º	SS	L	6 sem	180	SS	L							
ISSS Porto								1º	SS	L	7 sem	210	SS	L
IS Bissaya Barreto														

Ensino Sup. Part. Politécnico	2006 / 2007							2007 / 2008						
	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Inst. Sup. Politécnico Gaya	1º	SS	L	6 sem	180	ISC	B+L							

Inst. Sup. Ciências Emp. Turismo	1º	SS	L	6 sem	180	SS	B+L							
----------------------------------	----	----	---	-------	-----	----	-----	--	--	--	--	--	--	--

Quadro Nº. 4 - Registo da adequação do 1º e 2º Ciclos em Serviço Social

(2006/2007 e 2007/2008)

Ensino Sup. Concordatário (UCP)	2006 / 2007							2007 / 2008						
	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau	Ciclo	Denom	Grau	Dur.	ECTS	C.O.A	Grau
Fac. Ciências Humanas Lisboa	1º	SS	L	7 sem	210	SS	L	2º	SS	M	3 sem	90	SS	M
Centro Reg. Beiras/ Viseu	1º	SS	L	7 sem	210	SS	L							
Fac. Ciências Sociais/ Braga	1º	SS	L	7 sem	210	SS	L	2º	SS	M	3 sem	90	SS	M

Nota: Já está registado o 3º ciclo de formação, na Fac. Ciências Humanas de Lisboa, UCP

Fonte: Direcção Geral do Ensino Superior

Ligação Web: <http://www.pedagogicosensinosuperior.pt/PEDAGOGICO/REGISTO/Notícias/RegAdeq.htm>